



Item	3	113031 - CINTO OPERACIONAL. CONFECCIONADO EM NYLON. TIPO CADAÇO DUPLA ULTRA-RESISTENTE. NÃO REFLETIVO COM ESPESURA MÍNIMA DE 3 MM E LARGURA MÍNIMA DE 50 MM. DUPLAMENTE COSTURADOS COM FIO DE NYLON DE ALTA PERFORMANCE. POSSUIR ACABAMENTO EM VÍDEO DE NYLON COM O MÍNIMO DE 8 MM PRESENTE EM AMBOS OS LADOS E EM TODA A SUA EXTENSÃO. COSTURADOS COM FIO DE NYLON. POSSUIR ALMA EM POLÍMERO COM NO MÍNIMO 2 MM DE ESPESURA, 50 MM DE LARGURA. DEVE POSSUIR AJUSTE TOTAL DE TAMANHO EM ATÉ 50 MM PARA CADA LADO, SENDO ESTE AJUSTE PROPORCIONADO PELO DOBRAMENTO DO CINTO EM PONTOS DIFERENTES E FIXADO ATRAVÉS DE VELCRO. AS EXTREMIDADES RESPONSÁVEIS PELO AJUSTE DO CINTO NÃO PODEM TER ALMA EM POLÍMERO, PARA FACILITAR O DOBRAMENTO. O CINTO NAS EXTREMIDADES INTERNAS DEVERÁ TER VELCRO RÍGIDO DE 50 MM DE LARGURA E 120 MM DE COMPRIMENTO, SEGUIDO DE VELCRO MACIO COM 50 MM DE LARGURA E 200 MM DE COMPRIMENTO. O CINTO DEVE POSSUIR 02 (DOIS PASSADORES) EM ACETATO, SENDO APLICADO A CADA LADO DO CINTO, MEDINDO NO MÍNIMO 10 MM DE LARGURA, 2 MM DE ESPESURA E 50 MM DE ALTURA, INJETADO EM PEÇA ÚNICA. SERÁ FECHADO ATRAVÉS DE FIVELAS CONFECCIONADAS EM ACETATO, INJETADAS EM PEÇAS MACHO E FÊMEA COM SISTEMA DE TRAVAMENTO EM 3 PONTOS, TRÍPLA RETENÇÃO, SENDO DOIS NAS LATERAIS E UM PONTO CENTRAL. POSSUIR ESPESURA E LARGURA DO CINTO OPERACIONAL. UNIDADE.	1 UN	3024 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	26	R\$ 39,34	R\$ 1.022,84
Item	4	1116437 - CINTO PARA ROÇADEIRAS - CINTO DUPLA PROFISIONAL. COLETE DE OMBRO PARA CORTADOR DE GRAMA. TAMANHO ÚNICO. UNIDADE.	1 UN	3024 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	10	R\$ 51,40	R\$ 514,00
Item	5	1104447 - CINTO DE SEGURANÇA PARA QUEDISTA COM TALABARTE TIPO Y CONFECCIONADO EM POLIESTER. 03 MEIAS ARGOLAS DE AÇO, SENDO 01 DORSAL PARA ANCORAGEM E 02 LATERAIS PARA DESCANSO PARA TALABARTE. DOTADO DE 04 FIVELAS DE CHAPA DE AÇO SEM PINO PARA REGULAGEM, SENDO 01 PECTORAL, 01 NA CINTURA E 02 NAS PERNAS. COSTURAS REFORÇADAS, FIVELAS DUPLAS EM AÇO, ARGOLA TIPO D EM AÇO. UNIDADE.	1 UN	3024 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	6	R\$ 270,84	R\$ 1.625,04
Item	6	1107273 - CONE PARA SINALIZAÇÃO DE BORRACHA REFLEXIVEL - 75CM - COR: LARANJA E BRANCO. UNIDADE	1 UN	3028 - MATERIAL PARA SINALIZAÇÃO VISUAL, IDENTIFICAÇÃO E SEGURANÇA	108	R\$ 42,48	R\$ 4.502,88
Item	7	1107276 - FITA ZEBRADA DEMARCATÓRIA - 65MM X 180 METROS - COR: PRETO E AMARELO. UNIDADE	1 UN	3024 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	95	R\$ 11,32	R\$ 1.075,40
Item	8	6513087800003 - LUVA PARA PROCEDIMENTO. LUVA DE LÁTEX HIPO ALERGENICA. LEVEMENTE PULVERIZADA, NÃO ESTÉRIL. AMBIDESTRA. PRODUTO DE USO ÚNICO. CAIXA COM 100 UNIDADES. TAMANHO M.	1 CX	3015 - MATERIAL HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL, AMBULATORIAL E PARA USO EM CLÍNICA	30	R\$ 7,13	R\$ 213,90
Item	9	0005748 - LUVA - TIPO: VAQUETA; MATERIAL: COURO; COMPRIMENTO DO CANO: CURTO; DORSO: EM RASPA.	1 UN	3227 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	171	R\$ 12,89	R\$ 2.204,19
Item	10	1057870 - LUVA DE MALHA PIOMENTADA CONFECCIONADA COM ALGODÃO E POLIÉSTER. PIOMENTADA DE PVC NA PALMA DAS MÃOS E NOS DEDOS E PUNHO COM ELÁSTICO. PAR.	1 PR	3024 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	641	R\$ 2,31	R\$ 1.480,71
Item	11	1060402 - MASCARA DESCARTÁVEL PFF3 COM VÁLVULA. UNIDADE.	1 UN	3024 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	271	R\$ 1,87	R\$ 506,77

IA: 74e575e9e600200067270b2c717b3215c8bc050ad677ce6f945c68ab. Documento assinado digitalmente, válido em <https://brasil.gov.br/validar/tk1m-BEDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO
INGOLE em 12/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 12/08/2025, KAPOLLYNE DO NASCIMENTO MARTIANO em 12/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/08/2025, Jutta em 19/08/2025 13:41:23 por MAIRA MAIA.



SEPI AGCAP202545995A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA ➤



luvas, botas, protetores auriculares, óculos de proteção, entre outros.

1.6.4.1. Dessa forma, por se tratar de itens padronizados e de uso habitual em serviços manuais e operacionais, torna-se desnecessário relatórios técnicos individualizado de riscos ocupacionais, uma vez que os riscos são notoriamente associados à natureza das atividades desenvolvidas e os equipamentos solicitados já estão de acordo com as normas de segurança aplicáveis.

1.7. A categoria de despesa do objeto a ser contratado enquadra-se em: Bens de consumo não patrimoniais.

2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O fornecimento do objeto será realizado por meio de Ordem de Fornecimento, tendo em vista que trata-se de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), necessários ao atendimento das rotinas operacionais. Os itens a serem adquiridos são comuns no mercado, com ampla oferta e compatíveis com os padrões já utilizados nas unidades.

2.2. Independentemente do valor, a contratação será formalizada mediante contrato, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Além disso, apresente aquisição também encontra amparo no Decreto Estadual nº 1.525/2022, especificamente em seu artigo 241, inciso II. Diante do exposto, a aquisição em questão observa os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, garantindo a regularidade dos atos administrativos e o atendimento das demandas do órgão de forma célere e eficaz.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) mostra-se indispensável para atender às demandas dos servidores da SEPLAG no desempenho de suas atribuições, assegurando a devida proteção contra os diversos riscos ocupacionais presentes em suas rotinas de trabalho. Tal fornecimento está fundamentado nas diretrizes de Segurança e Saúde no Trabalho, em especial na Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), do Ministério do Trabalho e Emprego, que atribui ao empregador a responsabilidade de fornecer, gratuitamente, os EPIs em perfeitas condições de uso, conservação e que estejam adequados aos riscos

MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42. Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794



SEPLAGCAP20254599SA



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42. Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794

SIGA



3.2. Além disso, cumpre a exigência da **Portaria nº 672/2021** do Ministério do Trabalho, que atualiza disposições sobre saúde e segurança no trabalho, e da **Constituição Federal, artigo 7º, inciso XXII**, que assegura aos trabalhadores o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

3.4. Considerou-se, ainda, a durabilidade dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e a intensidade de uso conforme o tipo de atividade desempenhada. Por exemplo, há itens que, devido à complexidade e exigência dos serviços, podem ter utilização de até duas unidades por semana (como as luvas pigmentadas), enquanto outros têm vida útil estimada em até três meses (como as botinas de uso geral).

3.5.1. Atualmente, a Unidade da Prefeitura do Centro Político Administrativo, vinculada à Secretária Adjunta de Patrimônio e Serviços, conta com 36 reeducandos ativos. A rotatividade destes interfere diretamente no quantitativo requerido de EPI.

3.5.1.1. No ano de 2024 a média mensal de reeducandos ativos foi de 30, aumentando para 31 em 2025. Ressalta-se também que, diante do aumento das demandas devido o elevado número de obras e reformas por toda a extensão do Centro Político Administrativo, está em andamento o processo SEPLAG-PRO-2025/13889, visando a contratação de 15 (quinze) novos reeducandos, totalizando assim o quantitativo 51.

3.5.1.2. As principais demandas atendidas por estes trabalhadores são serviços de limpeza urbana (realizada dentro do Centro Político), e manutenção de serviços hidráulicos e elétricos, serviços de poda e jardinagem em áreas do Estado e

HASH: 74a4675ae669020056270b2717b3312bcb03590a6b7c6b07945c68ab. Documento assinado digitalmente, válido em <https://arquitextos.sspmg.mt.gov.br/arquitextos-publicar/validar/TK1M-BEDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO ANTONSEL em 12/08/2025. MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 12/08/2025. BASTILLO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/08/2025. Juttada em 15/08/2025 13:41:23 por MAIRA MAIA.



SEPI AGCAB202545995A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA 



4.2.1. Planejamento e aquisição:

4.2.1.1. Definição da demanda com base no consumo histórico, risco ocupacional identificado e tipo de atividade desempenhada pelos servidores, com especificação técnica compatível com as normas regulamentadoras:

- a) Especificação técnica dos EPIs de acordo com as atividades a serem executadas;
- b) Análise de Riscos: Levantamento dos perigos e riscos ocupacionais existentes nos ambientes de trabalho da SEPLAG, considerando frequência, gravidade e exposição dos servidores;
- c) Determinação dos EPIs: Seleção dos tipos de equipamentos necessários à mitigação dos riscos identificados, com base na NR-6 do MTE;
- d) Critérios de Seleção: Escolha dos EPIs mais adequados à atividade, ao tipo de risco e ao perfil dos usuários, priorizando conforto, ergonomia, durabilidade e conformidade com as normas técnicas (ex.: ABNT NBR 16.325:2014 e ISO 13688:2013);
- e) Aquisição: É a compra dos EPIs de fornecedores qualificado e que apresentem Certificado de Aprovação (CA) válido, assegurando qualidade e segurança conforme requisitos normativos e técnicos.

4.2.2. Recebimento e Inspeção da entrega dos bens pelo fornecedor:

4.2.2.1. Verificação quantitativa e qualitativa dos produtos recebidos, conferência do Certificado de Aprovação (CA), validade, estado de conservação e conformidade com os requisitos da Ordem de Fornecimento.

a) a entrega será feita diretamente no almoxarifado da SEPLAG e/ ou na Unidade da Prefeitura do Centro Político Administrativo, em conformidade com as Ordens de Fornecimento.

4.2.3. Armazenamento, Distribuição e Registro:

- a) Condições de Armazenamento: Local seco, ventilado, protegido da luz solar direta e de intempéries;
- b) Organização: Segregação dos EPIs por tipo e nível de risco. Controle de acesso ao local;
- c) Gestão de Estoque: Controle informatizado de entradas e saídas, definição de ponto de reposição e emissão de relatórios de consumo.

URL: /sistema/seguranca/verifica-ca/verifica-ca?ca=67464688ab. Documento: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em: <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>



SEPLAGCAP20254599SA



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em:
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA



6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Sustentabilidade:

6.1.1. A presente contratação observará os princípios e diretrizes de sustentabilidade ambiental, econômica e social, em conformidade com o art. 25 da Lei nº 14.133/2021, o art. 36 do Decreto Estadual nº 1525/2022 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.1.2. Durante a execução do objeto, deverão ser adotadas medidas que promovam:

6.1.2.1. Redução do consumo de energia elétrica;

6.1.2.2. Redução de materiais plásticos, descartáveis, priorizando insumos recicláveis ou biodegradáveis;

6.1.2.3. Uso Racional de água quando aplicável.;

6.1.2.4. Descarte ambiental adequado de produtos perigosos ao meio ambiente, como pilhas, baterias, EPIs vencidos ou inutilizáveis, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

6.1.3. Além desses critérios, os produtos fornecidos deverão atender, quando aplicável, aos seguintes requisitos técnicos sustentáveis:

6.1.3.1. Ser fabricados com materiais de qualidade e durabilidade, minimizando a geração de resíduos;

6.1.3.2. Possuir ergonomia adequada e conforto ao usuário, prolongando sua vida útil e incentivando o uso correto;

6.1.3.3. Acompanhar manual de instruções com orientação de conservação e descarte;

6.1.3.4. Estar em conformidade com as normas da ABNT e demais regulamentações ambientais;

6.1.3.5. Apresentar certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho, atestando a qualidade e segurança dos EPIs.

6.1.4. Sempre que aplicável, o fornecedor deverá comprovar o atendimentos aos critérios de sustentabilidade exigidos neste Termo de Referência mediante declaração, rotulagem ambiental ou certificação equivalente.



SEPLAGCAP2025-45998A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA



14:54:38: 74a4575ee690020056270b2177b3126c8ba6590ed87c66f949c6d88ab. Documento assinado digitalmente, valide em <https://aquelecees.splag.mt.gov.br/flowbee-pu/validar/TKTM-8EDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO



SEPI AGCAB202545095A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA



7.5. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, o contratado deverá apresentar justificativa ao contratante por escrito indicando o motivo e o prazo necessário para a execução, que por sua vez analisará e tomará as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

7.6. Local de execução.

7.7. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua C, Bloco III, Centro Político Administrativo, CEP: 78049-005 | Cuiabá - MT.

7.8. Forma de execução.

7.9. O contratado será responsável pelo transporte dos produtos até a sua entrega ao contratante nos endereços e horários indicados.

7.10. As embalagens dos produtos deverão ser acondicionadas conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação dos produtos e demais informações exigidas na legislação em vigor.

7.11. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7.12. A embalagem deve ser adequada à sua conservação e indicar marca, modelo e procedência do produto, bem como CNPJ, nome do fabricante, além de informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados e ainda sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

7.13. A entrega dos produtos será efetuada de forma parcelada, de acordo com o quantitativo estabelecido na Ordem de Fornecimento.

7.14. Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta, salvo no caso previsto no art. 276 do Decreto Estadual nº 1.525/2022, hipótese na qual deverá ser previamente justificado e aceito pela SEPLAG.

7.15. A entrega do produto ficará a cargo do contratado, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

7.16. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo contratante, em estrita observância das especificações do Termo de

14:54:38: 74a45f5ee690020056270b21717b312c5dcb4c6590-ed8f7ce6f94d9c688ab. Documento assinado digitalmente, valide em <https://aquelecees.splag.mt.gov.br/flowbee-pu/validar/TKTM-8EDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO



SEPI AGC-AP202545995A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA ➤



7.17. Somente os produtos que estiverem em perfeitas condições serão aceitos e recebidos, caso algum produto sofra danos durante o transporte e ou não apresentem as condições ora estabelecidas, os mesmos serão rejeitados e devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los, sujeitando-se ainda às sanções previstas na legislação pertinente, quando couber.

7.18. Quaisquer produtos fornecidos que apresentem vícios ou defeitos de fabricação, serão devolvidos, comprometendo-se o contratado, por sua conta, a substituí-los por outros novos e em perfeito estado de utilização, de acordo com as especificações do Termo de Referência e seus anexos, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o órgão ou entidade contratante.

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega estão indicados no item 7 deste termo de referência.

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto Estadual n.º 1.525/2022 e da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos substitutos.

9.4. Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, respeitadas as exigências do art. 308 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022, e identificados de forma expressa, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os titulares e substitutos, conforme § 4º do art. 308 do Decreto Estadual n.º 1.525/2022.

IA: 74e575e9e60020006770b271717b3125c8bc0590ad677ce6f945c68ab. Documento assinado digitalmente, válido em <https://brasil.gov.br/validar/TK1M-BEDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO
INGOLEL em 12/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 12/08/2025, KAPOLLYNE DO NASCIMENTO MARTIANO em 12/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/08/2025, Juttado em 19/08/2025 13:41:23 por MAIRA MAIA.



SEPI AGC-AP202545995A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA ➤



9.10. A fiscalização deverá, em seu relatório de avaliação da qualidade dos bens, identificar e quantificar as ocorrências eventualmente praticadas pelo contratado no período de faturamento, com vistas a aplicar multas/glosas no pagamento da fatura.

ARAIA: 74a4575ee6600200066270b27f71633126c0b3d500ed07c66f945668ab. Documento assinado digitalmente, valide em <https://requilicooes.pse.org.br/gov.br/validar?tk=TM-8EDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO ANGEL em 12/08/2025. MAIRA DE SA CAMARGO em 12/08/2025. BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/08/2025. Juntado em 15/08/2025 13:41:23 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGCAB202515095A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA ➤



9.16. Ficam nomeados para exercer a fiscalização contratual os servidores abaixo relacionados:

FISCAL SUBSTITUTO: Bruno Diniz Bravo - Matrícula: 332507.

10.1.Recebimento provisório:

10.1.2. A fiscalização notificará o contratado para, se for o caso, no prazo de até 5 dias úteis, impugnar os apontamentos do Relatório ou emitir a Nota Fiscal/Fatura no valor apurado.

IA: 74e575e9e60020006770b271717b3125c8bc0590ad677ce6f945c68ab. Documento assinado digitalmente, valide em <https://brasil.gov.br/validar/tk1m-BEDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO
INGOLEL em 12/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 12/08/2025, KAPOLLYNE DO NASCIMENTO MARTIANO em 12/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/08/2025, Juttaed em 19/08/2025 13:41:23 por MAIRA MAIA.



SEPI AGC-AP202545995A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA ➤



10.1.4. O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução da contratação, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato.

10.2.1. Os bens serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo às seguintes diretrizes:

10.2.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos bens entregues, com base nos Relatórios e documentações apresentadas:

10.2.4. Realizar a aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, emitida pelo contratado para os bens fornecidos.

10.2.5. Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, a fiscalização reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à aplicação das penalidades cabíveis.

10.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução da contratação, bem como não excluirá a responsabilidade pela garantia do(s) produto(s) por vícios ou disparidades em relação às especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

IA: 74e575e9e600200067270b2c717b3215c8bc050ad677ce6f945c68ab. Documento assinado digitalmente, válido em <https://brasil.gov.br/validar/tk1m-BEDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO
INGOLE em 12/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 12/08/2025, KAPOLLYNE DO NASCIMENTO MARTIANO em 12/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/08/2025, Jutta em 19/08/2025 13:41:23 por MAIRA MAIA.



SEPI AGC-AP202545995A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA ➤



13.1. Não será permitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente executar o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio.

14.1.Não será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões.

15.1.O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **pregão**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do **critério de julgamento pelo menor preço por item**.

15.3. O certame licitatório está dividido em itens, com quantidades solicitadas, conforme a tabela de especificação constante no item 1.1. e cotações de valor unitário e valor total.

15.4. O valor ofertado após a fase de lances (proposta realinhada) não poderá ser superior em relação ao valor ofertado inicialmente em cada item pelo licitante (proposta inicial), tampouco ser maior que o valor estimado.

15.5. O prazo de eficácia da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da apresentação da proposta realinhada, prazo este que será suspenso caso haja recursos administrativos ou judiciais.

15.6. As propostas apresentadas pelas licitantes deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais,

A BH: 74a4575ae-d60020009627002a717b3125dcba0590ad677c06f94d558ab. Documento assinado digitalmente, valide em <https://rqulicoes.sph.mt.gov.br/loftweb/publicar/validar/TKTM-BEDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO ANGEL em 12/06/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 12/06/2025, KALLYNE DO NASCIMENTO MARTIANO em 12/06/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/06/2025. Juntado em 19/08/2025 13:41:23 por MAIRA MAIA.



SEPI AGC-AP202545995A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA 



equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, serviços, treinamento, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia, lucro e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto licitado, constante da proposta, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas, nem reivindicar qualquer adicional de pagamento ou reajustamento de preços.

15.7. Para fins de comprovação da compatibilidade das especificações técnicas do item ofertado com as exigências do Termo de Referência, a licitante deverá apresentar, obrigatoriamente no momento da proposta, catálogo, folder, manual técnico ou qualquer outro material impresso ou digital oficial do fabricante que contenha, de forma clara e inequívoca:

15.7.1. Nome do fabricante e modelo do item ofertado;

15.7.2. Especificações técnicas detalhadas do produto;

15.7.3. Imagens ou ilustrações que permitam a verificação visual do produto (quando aplicável);

15.7.4. Outras informações que subsidiem a avaliação técnica do item, conforme solicitado no Termo de Referência.

15.8. A documentação poderá ser apresentada em formato físico (impresso) ou digital (PDF), desde que legível e de fácil verificação. A não apresentação da documentação exigida ou a apresentação de documentação que não comprove de forma clara a conformidade com as especificações exigidas poderá acarretar a desclassificação da proposta.

15.9. O licitante deverá apresentar Declaração de conformidade, em papel timbrado da empresa, em conjunto com a proposta, de que o item ofertado atende às especificações.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UO: 11101

Projeto/Atividade (Ação): 2558

MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42. Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794



SEPLAGCAP/2025/4599SA



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42. Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794

SIGA



19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

21.1.1. O preposto deverá ser designado no ato da assinatura digital/ aceite da Ordem de Fornecimento, indicando o nome completo, número do CPF ou documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação

IA: 74e575e9e60020006770b271717b3125c8bc0590ad677ce6f945c68ab. Documento assinado digitalmente, valide em <https://brasil.gov.br/validar/tk1m-BEDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO
INGOLEL em 12/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 12/08/2025, KAPOLLYNE DO NASCIMENTO MARTIANO em 12/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/08/2025, Juttado em 19/08/2025 13:41:23 por MAIRA MAIA.



SEP1 AGCAP202515005A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA ➤



23.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que trata-se de bens de consumo não patrimoniais.

25.1.É vedada a subcontratação do objeto deste certame, tendo em vista que trata-se de aquisição de bens de consumo de fácil aquisição no mercado.

26.1.A matriz de alocação de riscos será dispensada, nos termos do art. 247, §4º, I, do Decreto Estadual nº 1.525/2022, tendo em vista a natureza comum do objeto e da execução.

27.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 155) do Decreto Estadual nº 1.525/2022 (art. 370 e 371), o contratado que:

27.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

27.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

IA: 74e575e9e60020006770b271717b3125c8bc0590ad677ce6f945c68ab. Documento assinado digitalmente, valide em <https://brasil.gov.br/validar/tk1m-BEDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO
INGOLEL em 12/08/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 12/08/2025, KAPOLLYNE DO NASCIMENTO MARTIANO em 12/08/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/08/2025, Juttado em 19/08/2025 13:41:23 por MAIRA MAIA.



SEPI AGC-AP202545995A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA



27.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

27.1.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

27.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

27.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

27.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

27.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

27.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação. 27.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5, da Lei nº 12.846/2013.

27.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

27.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave;

27.2.2. Multa:

27.2.2.1. moratória: em razão do atraso injustificado: na proporção de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 60 (sessenta) dias corridos.

27.2.2.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.2.2.2. compensatória: será aplicada multa de 0,5% até 30% sobre o valor do contrato, devendo a autoridade competente observar, na dosimetria da pena, seguintes recomendações:

27.2.2.2.1. No caso de inexecução total, a multa será aplicada independentemente da existência ou não do prejuízo ao contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do contrato.

27.2.2.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A SH: 74a4575ee6b00200093270a2a717b30125dbcb0500ad5f7ce6b945c58abab. Documento assinado digitalmente, valide em <https://niquilicos.splag.mt.gov.br/validar/TK1TM-BEDH-2JMD-TUR-C>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO ANGEL em 12/06/2025, MAIRA DE SA CAMPOS MAIA em 12/06/2025, KAROLLYNE E DO NASC MEN TO MARTIANO em 12/06/2025, BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/06/2025. Juntado em 15/08/2026 13:41:23 por MAIRA MANA.



SEPI AGC-AP202545995A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA 



27.2.2.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

27.2.2.5. Caso o contratado não tenha nenhum valor a receber do contratante, ou os valores do pagamento e da garantia contratual forem insuficientes, o contratante concederá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua intimação, para que a multa seja paga.

27.2.2.6. Esgotados os meios administrativos para a cobrança dos valores devidos, o contratante providenciará o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral do Estado para que seja realizada a cobrança judicial.

27.2.2.7. Caso o contratante tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver que lhe for devido, o contratado ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

27.2.2.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021. A Lei 14.133, de 2021 (art. 162, parágrafo único), apregoa que a aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções. Dessa forma, a Administração deve decidir, caso a caso, de acordo com o objeto, qual prazo limite para a mora do contratado, a partir do qual a execução da prestação deixa de ser útil e enseja a rescisão do contrato.

27.2.3. Impedimento de licitar e contratar, caso não se justifique imposição de penalidade mais grave.

27.2.3.1.Essa penalidade poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

27.2.3.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

27.2.3.1.2. Der causa à inexecução total do contrato;

ARAIA: 74a4575ee6600200066270b2771763126c0b35500ed07c66f945668bab. Documento assinado digitalmente, valide em <https://requilicooes.splag.mt.gov.br/validar?tk=TM-8EDH-2JMD-TURC>. Assinado por: SAMUEL ANTONIO DE CAMARGO ANGEL em 12/08/2025. MAIRA DE SA CAMARGO em 12/08/2025. BASILIO BEZERRA GUIMARAES DOS SANTOS em 15/08/2025. Juntado em 15/08/2025 13:41:23 por MAIRA MAIA.



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA 



28.11. Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 01/2010 - Práticas de sustentabilidade ambiental.

29.2. A demanda foi quantificada considerando a saúde e segurança dos trabalhadores da SEPLAG que atuam operacionalmente.

30. ANEXO I



SEP1 AGCAB202515005A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA 



- 30.1. Tabela demonstrativa de quantitativos por unidade requisitante.
- 30.2. Anexo I - Justificativa para aquisição EPI's UPCA;
- 30.3. Anexo II - Justificativa para aquisição de EPI's CPS;
- 30.4. Anexo III - Quadro de quantitativos por Unidade;

CUIABÁ, DATA DA ASSINATURA DIGITAL

Elaborado por:

Samuel Antonio de Camargo Rangel

Assessor Jurídico

SEAPS/SEPLAG

Maira de Sá Campos Maia

Gestor de Projetos Especiais V

De acordo:

Karol Martimiano Masiero

Secretária Adjunta de Patrimônio e Serviços

SEAPS/SEPLAG



SEPLAGCAP20254598A



Autenticado com senha por MAIRA DE SA CAMPOS MAIA - GESTOR PROJ ESPE V / GSAPS - 15/08/2025 às 14:11:42.
Documento Nº: 29611863-1794 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=29611863-1794>

SIGA